

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.616 - SP (2019/0156907-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : AGRO INDUSTRIAL AMALIA S/A
ADVOGADOS : ALEXANDRE NASRALLAH - SP141946
ALEXANDRE FELÍCIO - SP187456
MARCELO NAZARENO LIMA ARRIFANO - SP269085
AGRAVADO : JOSÉ LUIZ GASPERINI
AGRAVADO : LAURA DA SILVA GASPERINI
ADVOGADO : JULIANO DE OLIVEIRA - SP173247

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AGRO INDUSTRIAL AMALIA S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AIDD de REsp não admitido. Embargos de declaração para enfrentamento da alegada prescrição parcial em relação à coautora maior e capaz. Anterior decisão irrecorrida adequada e oportunamente, autorizando o levantamento do valor descrito nos autos, para quitação da obrigação em relação à coautora maior e capaz, remanescendo depositadas nos autos parcelas pertencentes exclusivamente ao autor agravado incapaz, contra quem não se há falar em prescrição, como anteriormente considerado, nos termos do que estabelece o art. 198, I do CC. Mesmo embargos opostos para fins de prequestionamento sujeitam-se às hipóteses do art. 535 do CPC. Inexistência de omissões, contradições ou obscuridades. Embargos rejeitados" (fl. 391 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados com aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973.

No recurso especial (fls. 417/427 e-STJ), além do dissídio interpretativo, o recorrente alega violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) art. 131 do CPC/1973 - o tribunal não deu a devida valoração *"à única prova válida constante dos autos, o acordo firmado e homologado por sentença transitada em julgado (fls. 143/144 ou 343/344)"* (fl. 427 e-STJ).

(ii) art. 538, parágrafo único, do CPC/1973 - haja vista os embargos declaratórios não terem intuito protelatório.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem, sobrevivendo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame

Superior Tribunal de Justiça

do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

No que diz respeito à assertiva de violação do art. 131 do CPC/1973, verifica-se que o acórdão deixou assentado que

"(...) Frise-se, uma vez mais, a clareza do que foi decidido e o descumprimento pela própria empresa executada, ora embargante, do acordo entabulado entre as partes, sendo que a discussão nestes autos diz respeito a parte da indenização pertencente ao autor José Luiz, que se encontra totalmente incapacitado e inválido, em situação vegetativa em razão do acidente de trabalho ocorrido em agosto de 1988 e contra quem não corre a prescrição, nos termos do que estabelece o art. 198, I do CC, como exaustivamente considerado nos julgados, haja vista que a coautora Laura já recebeu todo o valor que lhe era devido, deferido pedido autoral de levantamento da importância de R\$ 70.008,53 referente à parte da indenização a que tinha direito a segunda autora, maior, capaz e genitora do coautor vítima do acidente de trabalho descrito nos autos, de modo a dar plena e integral quitação de todas as verbas vencidas e vincendas, permanecendo depositado o quantum pertencente com exclusividade ao autor incapaz. Nada a mudar a respeito do que restou decidido sobre o tema.

Repita-se, a própria embargante deu causa ao pedido autoral, haja vista ter ela própria, empresa embargante, descumprido o acordo celebrado" (fl. 413 e-STJ).

A **errônea valoração da prova** que enseja a incursão desta Corte na questão é a de direito, ou seja, quando decorre de má aplicação de regra ou princípio no campo probatório e não que se colham novas conclusões sobre os elementos informativos do processo.

A propósito:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DO TRABALHO. IMPROCEDÊNCIA FUNDADA EM LAUDO PERICIAL. ART. 131 CPC. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.

1. Cuida-se de Agravo Regimental contra decisão que negou provimento ao Agravo do art. 544 do CPC por incidência da Súmula 7/STJ. O recorrente alega inaplicabilidade do óbice sumular diante da possibilidade de reavaliação da prova e, no mérito, defende ser a sequela incapacitante passível de indenização.

2. 'A errônea valoração da prova, a permitir a intervenção desta Corte na questão, é a jurídica, decorrente de equívoco de direito na aplicação de norma ou princípio no campo probatório.' (AgRg no AREsp 26.857/GO, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 27.9.2013). Não é esse o caso dos autos, em que o juízo a quo firmou suas conclusões com amparo no art. 131 do CPC.

3. Ademais, o laudo pericial em que se fundou o acórdão recorrido

Superior Tribunal de Justiça

expressamente refere que as 'discretas alterações não causam incapacidade funcional para o trabalho tanto que o autor, após a alta médica, voltou a executar normalmente a sua atividade habitual, segundo informações do próprio autor.'

4. Inviável, nesse ponto, arredar as conclusões firmadas pela instância ordinária, diante da proibição estabelecida pela Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido."

(AgRg no AREsp 404.718/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 09/12/2013)

Além disso, ao negar provimento ao agravo interposto pela ora recorrente, o tribunal de origem acentuou que

"(...) a inadimplência da própria executada deu causa ao pleito das devidos, sem se considerar ataque a atos perfeitos tempo. Em síntese, não haveria discussão de diferenças e valores devidos se a dívida tivesse sido adequada e oportunamente paga pela agravante, em cumprimento ao que restou decidido e segundo os termos do acordo celebrado entre as partes e homologado judicialmente.

Tendo sido apresentado cálculo da diferença a ser paga pela executada, em razão do não cumprimento integral dos termos do avençado e homologado em juízo, cumpria à agravante impugná-lo declarando de imediato o valor que entendia correto (art. 475-L, § 2º CPC), mencionando ainda onde se encontrava especificamente o erro no cálculo existente" (fl. 179 e-STJ).

Tal fundamento, do que se depreende das razões do especial, não foi objeto de impugnação específica, o que atrai a incidência da Súmula nº 383/STF, por analogia.

Ademais, no tocante à apontada afronta ao art. 538 do CPC/1973, não escapa a recorrente da imposição da multa de que trata o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil ante a oposição de declaratórios de caráter manifestamente protelatório:

"Parágrafo único. Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo".

Assim, tendo a Corte de origem vislumbrado o caráter protelatório dos embargos opostos, não há falar em ofensa ou negativa de vigência ao mencionado art. 538, mas sim em seu fiel cumprimento, pelo que descabido o apelo nobre.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL - MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - CANCELAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

1.- No caso, subsiste a multa, aplicada na origem aos Embargos de Declaração tidos por protelatórios (CPC, art. 538, parágrafo único). O Acórdão embargado no Tribunal de origem era perfeitamente ajustado à

Superior Tribunal de Justiça

orientação pacífica deste Tribunal, de modo que, não havendo, a rigor, nenhuma possibilidade de sucesso de recurso nesta Corte, não havia como imaginar 'notório propósito de prequestionamento' (Súmula STJ n. 98) para recurso manifestamente inviável para esta Corte.

2.- O sistemático cancelamento da multa em casos como o presente, à invocação da Súmula STJ n. 98, frustra o elevado propósito de desincentivar a recorribilidade inviável, seja no Tribunal de origem, seja neste Tribunal.

3.- A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

4.- Agravo Regimental improvido." (AgRg no AREsp 38.684/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJe 27/10/2011).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECONSIDERAÇÃO. ARTS. 165 E 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. MULTA MANTIDA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 98 DO STJ. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS LEGAIS. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7 DO STJ. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO SEM QUE SEJA DEMONSTRADA VIOLAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

2. Deve ser mantida a multa disciplinada no art. 538, parágrafo único, do CPC, porquanto o cabimento dos aclaratórios reclama a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado.

(...)

5. Agravo regimental desprovido por novos fundamentos" (AgRg no Ag 1.207.723/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2011, DJe 1º/4/2011).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator